

CGTP cultura

INTERSINDICAL NACIONAL

EDITORIAL

Em números anteriores temos insistido na importância do trabalho de preservação do património documental da CGTP-IN e dos sindicatos, uniões e federações.

Surgiu agora a possibilidade de darmos início à concretização desse desígnio, estando em curso, desde Setembro passado, o projecto de Preservação, Organização e Valorização do Acervo Documental da CGTP-IN, que vos apresentamos neste número e sobre o qual vos continuaremos a informar nas próximas edições do *CGTP Cultura*. Este é, contudo, assim o esperamos, apenas o primeiro passo de um caminho a que se pretende dar continuidade.

Avizinha-se o Centenário da I República e, com ele, um conjunto de iniciativas evocativas. Não podíamos deixar de apelar à Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário que tenha em consideração e evidencie também, no seu programa, o papel desempenhado pelo movimento operário e sindical, associativo, mutualista, em todo o processo de formação e vigência da I República. Um programa que se pretende amplo e diversificado não poderá deixar de lado um eixo fundamental da vida e história social, económica e política da I República.

Neste número evocamos a memória do camarada Manuel Lopes, no 10.º aniversário da sua morte, lembrando o seu percurso de militante sindical desde 1964, fundador da Intersindical em 1970, ou seja, por toda a acção que desenvolveu em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores portugueses e na luta pela liberdade e unidade sindical e pelos direitos sindicais.

Em no 130.º aniversário do jornal *A Voz do Operário*, queremos também endereçar os nossos parabéns à *Voz do Operário* e a este importante órgão de informação ao serviço da causa dos trabalhadores e por aquilo que ele representou e continua a representar como projecto social.

Fernando Gomes





ACERVO DOCUMENTAL DA CGTP-IN PROJECTO DE PRESERVAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO

→ No passado mês de Setembro, a CGTP-IN iniciou, através do Centro de Arquivo e Documentação (CAD), um projecto de preservação, organização e valorização do seu acervo documental, com o apoio do Programa Operacional do Potencial Humano (POPH).

Este projecto surge em resultado de um processo que se iniciou em 2005, quando se solicitou a colaboração da Direcção-Geral de Arquivos (DGARQ) no sentido de se proceder à avaliação do sistema de arquivo da CGTP-IN.

Concretizado o apoio da DGARQ, após um primeiro relatório diagnóstico e depois uma proposta de intervenção, ambos, é certo, focados essencialmente na fase de arquivo corrente (administrativo), verificaram-se importantes lacunas documentais ao nível do arquivo histórico conservado pela CGTP-IN. Constatou-se também a necessidade urgente de conservar algumas colecções documentais cujo suporte, por natureza mais frágil, apresentava sinais evidentes de deterioração.

O projecto agora em curso, que terá uma duração de 20 meses, pretende, precisamente, responder a este diagnóstico e ser, na medida do possível, o mais abrangente possível. Mas a preservação, organização e valorização do seu património histórico é também o assumir de uma responsabilidade social. Uma responsabilidade que cabe à CGTP-IN e ao MSU assumir perante a massa de trabalhadores que representa.

Deste modo, são objectivos específicos deste trabalho conservar e descrever 12 000 negativos fotográficos, dos quais 1200 serão digitalizados; conservar, descrever e digitalizar 900 cartazes; digitalizar a colecção de jornais/revistas Alavanca; conservar, descrever e digitalizar 500 cassetes áudio e 500 cassetes vídeo; e inventariar o arquivo histórico (documentação textual). No âmbito deste projecto, serão ainda realizadas duas exposições, de fotografia e cartazes, com a edição dos respectivos catálogos; dar-se-á início à constituição de um arquivo oral, com a recolha de 30 depoimentos de antigos e/ou actuais dirigentes sindicais; será editada uma publicação comemorativa do 40.º aniversário da CGTP-IN, que se celebra em Outubro do próximo ano; e, semestralmente, tendo como objectivo a divulgação do trabalho desenvolvido no decorrer deste processo, será editado um boletim (CGTP Cultura). De forma a que o resultado de todo este trabalho esteja acessível a dirigentes e funcionários sindicais, bem como aos trabalhadores e público interessado, será criada uma página web onde estarão disponíveis os inventários da documentação tratada. De referir que este projecto incide apenas sobre a documentação à guarda da CGTP-IN, ou seja, a documentação produzida e recebida por esta Central.

Esperamos que esta seja apenas a primeira etapa de uma caminhada que nos permita ir mais longe e continuar a trabalhar no sentido de preservar, organizar e valorizar a memória do Movimento Sindical Português, a memória dos trabalhadores, a memória de todos nós. ■

Fernando Gomes

Comissão Executiva do Conselho Nacional – CGTP-IN

A COLECÇÃO FOTOGRÁFICA DA CGTP-IN

→ A CGTP-IN detém um importante acervo fotográfico, constituído ao longo dos seus 39 anos de existência. Trata-se de um valioso testemunho visual da actividade sindical no nosso país, que importa preservar e divulgar.

O arquivo fotográfico da CGTP-IN teve como responsável pela sua constituição e organização João Silva, repórter fotográfico da Intersindical entre 1979 e 2007. A colecção é constituída por cerca de 88000 negativos em formato 16 e 35 mm e respectivas provas de contacto, abarcando o período entre o final da década de 1970 e o final da década de 1990. Os negativos são maioritariamente a preto e branco, sendo que os negativos da década de 1990 são já a cores. Está organizada tematicamente, retratando diversas actividades, tais como Congressos, Plenários, Tomadas de Posse, Aniversários, Homenagens, Entrevistas, Comemorações do 1.º de Maio e do 25 de Abril de 1974, Desfiles, Manifestações, Vigílias, Greves (gerais e sectoriais), Actividades Culturais, entre outras.

No âmbito do projecto de preservação, organização e valorização do acervo documental da CGTP-IN, a colecção fotográfica será alvo de uma intervenção prioritária, devido à fragilidade inerente a este tipo de suporte e às inadequadas condições de acondicionamento e preservação.

O tratamento arquivístico a que a colecção vai ser submetida consiste, numa primeira fase, na inventariação de todo o arquivo fotográfico. Dos 88000 negativos existentes, irão ser descritos 12000, e destes irão ser digitalizados 1200. Para a descrição documental, contaremos com o apoio da comissão de acompanhamento recentemente constituída, ao abrigo do regulamento do Centro de Arquivo e Documentação (CAD), composta por antigos e actuais dirigentes e funcionários sindicais. O inventário do arquivo fotográfico será disponibilizado na Internet numa página que será criada para o efeito, bem como o espólio digitalizado. ■

Mónica Rogério

Técnica Superior de Arquivo, CAD/CGTP-IN



Comemoração do 14.º Aniversário da CGTP-IN Comício no Pavilhão dos Desportos, 1 de Outubro de 1984. CAD, H74/34 e 40



FICHA TÉCNICA

Director: Fernando Gomes
fernando.gomes@cgtp.pt

Periodicidade: Semestral

Tiragem: 6000

Paginação e Impressão:
CGTP-IN

O boletim pode ser consultado também em www.cgtp.pt

Contactos:
Rua Vitor Cordon, 1, 2.º
1249-102 Lisboa
tel.: 213236500
fax: 213236695
cgtp@cgtp.pt

CENTENÁRIO DA I REPÚBLICA O PAPEL E A INTERVENÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL PORTUGUÊS (I)

1 Dentro de um ano, a 5 de Outubro de 2010, comemora-se o primeiro centenário da implantação da República em Portugal.

Tratando-se de um acontecimento de maior relevância na história do nosso país, esta efeméride constitui uma oportunidade para uma análise mais profunda das transformações institucionais, políticas e sociais nos 16 anos que medeiam entre 5 de Outubro de 1910 e o golpe militar de 28 de Maio de 1926 que, impondo a Ditadura Militar, abriu caminho à instauração do fascismo em Portugal.

É sabido que a nível oficial está constituída uma Comissão, cujo Programa propõe promover iniciativas múltiplas sobre distintas áreas.

Não nos parece descabido que a CGTP-IN — herdeira histórica do movimento sindical português — entre no debate abordando, com uma visão própria e autónoma, o papel desempenhado pelo movimento operário e sindical na criação das condições para a implantação da República, e durante a sua vigência.

Diversos autores, de reconhecido mérito, trataram, ou têm vindo a tratar, este tema.

Não temos a pretensão que este texto constitua uma pesquisa histórica original, o tempo e o espaço não o permitem. Procuraremos, isso sim, pautar este trabalho pelo respeito para com os princípios, objectivos, dedicação e luta dos sindicalistas que se bateram com denodo pelos ideais republicanos e pela República.

2 Comparativamente com os países da Europa Ocidental, as organizações de classe dos trabalhadores constituem-se, em Portugal, com alguns anos de atraso.

Nos meados do século XIX — não obstante as reformas do Conde da Ericeira no século XVII e, sobretudo, as do Marquês de Pombal, no século seguinte — o desenvolvimento industrial, em Portugal, era muito incipiente.

Tal se deve, em grande medida, à elevada dependência económica e financeira — mas também militar e política — face à Inglaterra, substanciada nas condições impostas a Portugal pelo Tratado de Methuen, assinado em 1703, e o consulado de Beresford, que governou Portugal entre 1812 e 1820.

A instabilidade política provocada pelos absolutistas liderados por D. Miguel, após a Revolução Liberal de 1820, e a guerra civil por estes desencadeada entre 1828 e 1834 foram factores que inviabilizaram a hipótese de constituir, a exemplo de

outros países da Europa, movimentos ou organizações de defesa e promoção dos interesses e direitos dos assalariados.

Só após a Revolução de Setembro de 1836, com a restauração da Carta Constitucional e o novo quadro legislativo, produzido por Mouzinho da Silveira, estavam criadas as condições para o surgimento das organizações das classes trabalhadoras, embriões dos futuros sindicatos.

3 A partir de 1838, foram criadas, entre outras, a Sociedade dos Artistas Lisbonenses, as Associações dos Operários, dos Alfaiates e, em 1852, o Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas.

Este Centro desempenhou um papel importante na defesa dos interesses dos trabalhadores de todo o país. Dispunha de um jornal, promovia acções de formação escolar e profissional aos seus associados, apoiava e estimulava a criação de associações sócio-profissionais.

Nesta fase as associações de classe eram, no essencial, instituições de carácter mutualista, socorros mútuos — e cooperativistas.

Mas eram os trabalhadores portugueses a darem os primeiros passos na longa e difícil luta pela sua emancipação como classe social.

A política de desenvolvimento industrial promovida pelo ministro Fontes Pereira de Melo, nos anos 50, e a abertura de novas e inovadoras vias de comunicação — caminhos de ferro, estradas, barcos a vapor — levaram a um significativo aumento do operariado industrial que, gradualmente, foi adquirindo uma maior consciência do seu papel na sociedade.

A criação, em 1872, da Fraternidade Operária, por José Fontana e Azedo Gneco e, no ano seguinte, da Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa, secção da Associação Internacional dos Trabalhadores, com sedes em Lisboa e no Porto, correspondiam já a um desenvolvimento significativo da organização dos trabalhadores e da superação de uma etapa em que esta se limitava à actividade no âmbito nacional.

A influência dos debates ideológicos travados em torno do Manifesto Comunista, da autoria de Marx e Engels, da criação da Associação Internacional dos Trabalhadores em 1864, ou da Comuna de Paris, em 1870, chegavam, enfim, a Portugal.

Mas o desenvolvimento da organização era, sobretudo, o resultado de uma maior consciência política, social e de classe dos trabalhadores, for-

jada em inúmeras lutas a nível de empresa e na sociedade.

Outras etapas se seguiram: a criação do Partido Socialista Português, em 1875, que, três anos depois, viria a adoptar o nome de Partido dos Trabalhadores Socialistas; a realização, em 1885, do primeiro Congresso das Associações de Classe; a promulgação da primeira lei do trabalho em Portugal — a dos Árbitros Avindores — e o reconhecimento de personalidade jurídica às Associações de Classe, em 1891.

Portugal é dos primeiros países da Europa em que o 1.º de Maio passou a ser reconhecido como o Dia Internacional dos Trabalhadores, comemorado em 1890 em Lisboa, Porto, Coimbra, Silves, Tomar e muitas outras localidades.

No entanto, Portugal continuava a ser um dos países mais atrasados da Europa.

A ausência de políticas que respondessem aos inúmeros problemas económicos, financeiros e sociais; o fracasso do sistema eleitoral, caciquista e rotativo dos Partidos Regenerador e Progressista; a humilhação nacional que foi a aceitação, pelo Governo e pelo Rei, do *Ultimatum* inglês, em 1890, abriram o caminho para uma maior e mais eficaz divulgação dos ideais republicanos.

Se é certo que os líderes do Partido Republicano provinham, na sua maioria, das classes sociais ditas elevadas, as propostas do partido, enquanto tal, eram atractivas para as classes trabalhadoras. «direito ao voto universal e sem exclusões; total liberdade de pensamento; celeridade na aplicação da justiça; protecção aos órfãos, doentes e inválidos; liberdade de associação para todas as classes e especialmente para as que vivem do seu salário; fim das regalias dos morgadios e dos donos das terras» eram algumas das propostas de Henriques Nogueira para um programa republicano.

As lutas dos trabalhadores, tendo como objectivo a melhoria dos salários e das condições de vida, a redução da jornada de trabalho, o direito ao descanso semanal obrigatório, a igualdade entre homens e mulheres, que se traduziam em inúmeras greves e manifestações, frequentemente reprimidas com violência física, assumiam, neste contexto, um carácter político, não só contra o governo mas contra o próprio regime monárquico.

Acresce que muitos trabalhadores participavam nas actividades de sociedades secretas, como a Carbonária e a Maçonaria, que desempenhavam um papel de destaque na divulgação dos ideais republicanos.

A ditadura de João Franco, apoiada por D. Carlos I, contribui decisivamente para criar as condições que levaram ao regicídio, em 1 de Fevereiro de 1908.

D. Manuel II, demitindo João Franco, procura apaziguar os ânimos na sociedade portuguesa. Era tarde!

O Partido Republicano estava numa fase ascen-

dente e a eleição, em 1908, do republicano Eusébio Leão para Presidente da Câmara de Lisboa surge como um indicador de que a maioria dos portugueses era favorável à implantação da República, o que foi evidente no apoio popular à Revolução do 5 de Outubro.

No que ao movimento operário respeita, pode concluir-se que, no início do século XX, os trabalhadores portugueses já haviam construído e consolidado uma organização interveniente, a nível das empresas, dos sectores e das regiões, capaz de lutar pela defesa dos seus direitos e interesses, de desenvolver acções de solidariedade e intervir na vida política e social do país.

A influência dos princípios do sindicalismo revolucionário e, nomeadamente, os preconizados pela Carta de Amiens, aprovados no Congresso da CGT de França, realizado nesta cidade em 1906, era patente no sindicalismo português.

O historiador César de Oliveira, que nos deixou uma vasta obra sobre o Movimento Operário Português, refere a propósito da criação, em 1908, do primeiro jornal diário operário "A Greve", que esta influência e a aliança entre os anarquistas e os sindicalistas revolucionários vai contribuir para «o desaparecimento do Partido Socialista da actividade junto dos trabalhadores e produziu, após a implantação de República, um espantoso surto da imprensa operária».

Em 1909, tem início o Congresso Sindical e Cooperativo, sendo clara a existência de duas correntes sindicais: a reformista, liderada por Azedo Gneco e José Agostinho da Silva e a revolucionária, liderada por Carlos Rates e Alexandre Vieira.

A primeira propunha um modelo sindical reformista, vinculado ao Partido Socialista Português, ainda que este estivesse profundamente debilitado pela passagem para o Partido Republicano de muitos dos seus militantes.

A segunda, como referimos, partidária de um sindicalismo revolucionário e autónomo dos partidos políticos.

Este Congresso não foi conclusivo. A Comissão Promotora decidiu adiar a 2.ª sessão para 1910, que, face à implantação da República, só se viria a concretizar em 1911.

Concluindo: A implantação da República em Portugal correspondeu a um profundo anseio das massas populares, na primeira linha das quais se encontravam as classes trabalhadoras.

As lutas travadas por estas, resultantes do seu nível de organização e consciência social, desempenharam um papel determinante no período que antecedeu a Revolução do 5 de Outubro e na vigência do novo regime. ■

.....
Nota: Nos próximos números abordaremos, então sim, o Movimento Sindical Português e a República, bem como a bibliografia a que recorremos para este nosso trabalho.
.....

PACOTE LABORAL PS/PSD

Manuel Lopes à «Alavanca»

«O Governo pretende «legalizar» a ilegalidade»



Que soluções para a actual situação político-social, a crise em que vivemos, as dificuldades crescentes dos trabalhadores devido à redução do seu nível de vida, a possibilidade (e necessidade) da realização de eleições legislativas antecipadas, as leis do trabalho e a sua revisão, a Lei de Segurança Interna e o plano do Governo de limitação das liberdades democráticas e sindicais dos trabalhadores portugueses são questões analisadas por MANUEL LOPES, membro da Comissão Executiva da CGTP-IN, numa entrevista concedida a «Alavanca».

Neste Outono marcado pelo ciclone «Hortênsia», o Inverno parece anunciar-se mais quente do que o anterior:

que leis do trabalho, a substância do próprio regime democrático e constitucional.

No seu essencial, o «pacote» agora apresentado trata-se de uma continuidade da Lei da Segurança aplicada ao sector laboral.

Sobre os restantes diplomas, pode dizer-se que são de menor importância. Eu diria antes que eles se limitam a não responder a nada de concreto. Seja o projecto sobre salários em atraso, seja o projecto sobre contratos a prazo. No fundo, o que o Governo pretende com os ante-projectos agora apresentados não é mais do que legalizar a ilegalidade; veja-se o caso do ante-projecto sobre trabalho temporário, para não irmos mais longe...

No entanto, em votia destas questões pode ainda perguntar-se: — Mas porque é que este Governo, tal como o anterior da AD, pretende impôr uma legislação tão frontalmente impopular e violadora da Constituição da República?

A questão é de simples resposta. O Governo não tem encontrado espaço social para impôr a sua política de fome e de miséria sem que isso tenha motivado uma forte determinação de luta dos trabalhadores e da população em geral.

É, aliás, neste quadro que surge a Lei de Segurança. Ela é um passo que a ser dado dotaria o poder de instrumentos repressivos que, pela neutralização da luta dos trabalhadores facilitariam a imposição ao país dos ditames do Fundo Monetário Internacional e do peso da paranóica obsessão da entrada na CEE possibilitando dessa forma a restauração em Portugal dos monopólios e dos latifúndios.

ELEIÇÕES: MAIS DO QUE POSSÍVEIS SÃO NECESSÁRIAS

ALAVANCA — Ainda, 1985 será ano de eleições. Em tal perspectiva o Governo parece encontrar-se encurralado num dilema por ele próprio criado. Por um lado uma política impopular que o desgastará no plano eleitoral. Por outro a sua necessidade de uma «liberalização» quer económica, quer política, que lhe será indispensável adoptar ante a aproximação das presidenciais e das autárquicas... Neste quadro o preço que os partidos do actual executivo terão de pagar não será exageradamente alto?

MANUEL LOPES — Com efeito, por um lado o Governo necessita de legislação repressiva para impôr a sua política económica e social de alteração do quadro económico e político consagrado pela Constituição.

Por outro lado a antipatia popular que este conjunto de legislação provoca dificultar-lhes-á a corrida eleitoral nas presidenciais e nas autárquicas, se entretanto não vierem a ter lugar eleições

ALAVANCA — Não sendo a primeira vez que é tentada a revisão da legislação laboral, alguns sectores da vida política portuguesa interpretam o actual pacote laboral como um conjunto de medidas que «não são para aplicar». Qual é a tua opinião sobre isto?

MANUEL LOPES — Ao apresentar o conjunto de ante-projectos que integram o pacote de revisão das leis do trabalho, a intenção do Governo é, sem dúvida, fazer com que ele se viesse a tornar lei do país. Mas uma coisa é a intenção do Governo e outra é aquilo que pode vir na realidade a acontecer.

Penso que dificilmente o Governo conseguirá impor ao país tal legislação, muito concretamente no que diz respeito à Cessação do Contrato de Trabalho (Lei dos Despedimentos), lock-out, Lei da Greve e Requisição Civil.

ALAVANCA — Porquê exactamente nessas áreas?

MANUEL LOPES — Porque estas são as áreas que melhor caracterizam o presente «pacote» de nove diplomas com o qual o Governo pretende alterar, mais do

DEPARTAMENTO DE CULTURA E TEMPOS LIVRES DA CGTP-IN

CRÓNICA LITERÁRIA

n.º 21 — Agosto 1984

ALAVANCA

4

EVOCAÇÃO DE MANUEL LOPES

→ No ano em que se assinalam os 10 anos da morte de Manuel Lopes, dirigente sindical, membro do Conselho Nacional e Comissão Executiva da CGTP-IN e responsável pelo Departamento de Informação da CGTP-IN, recordamos uma entrevista que concedeu ao n.º 21 da revista *Alavanca*, em Agosto de 1984, sobre a situação político-social.

O PRIORADO DO CIFRÃO, de João Aguiar

UM RETRATO SATÍRICO SOBRE AS DERIVAS DO ROMANCE MODERNO

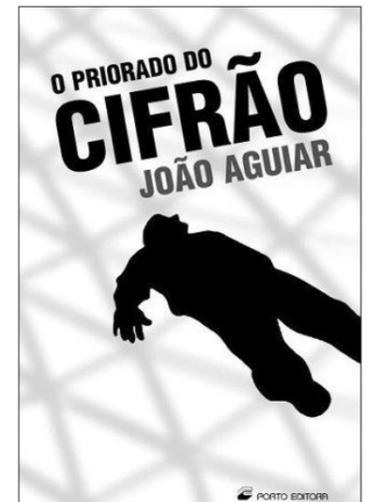
→ O mais recente romance de João Aguiar é um livro inesperado. Inesperado pelo conteúdo, que a forma mantém a essência incontornável de uma fala plena de traços identitários, sem rasuras, apelativa e dextra.

Logo, neste policial atípico (embora, a sua estrutura narrativa obedeça aos pressupostos definidores e canónicos do género), dado que o seu herói é um anti-herói, um homem comum colocado circunstancialmente no centro do conflito, detectamos uma preocupação inscrita nas actuais pulsões reflexivas sobre os caminhos desviantes do romance hodierno, que me parece sintomática e afim das reveladas por alguns autores ibéricos contemporâneos. A reflexão que atravessa o grosso desta narrativa — estimulante, diríamos, dado que a crítica, à qual caberia o aprofundar dessa reflexão, se ausentou dessa tarefa, preferindo-se balcão de louvaminhas a confrades e eco de parceiros de paróquia — começou há já um par de anos com Manuel Vasquez Montalban, passou por Arturo Peres-Revért e teve o seu pico mais alto e badalado com *A Sombra do Vento*, de Carlos Ruiz Zafón.

João Aguiar, para nossa surpresa (dado que há muito vimos denunciando na crítica as mazelas que o autor denuncia através da ficção), segue as mesmas pisadas mas vai mais longe, é mais crítico, mais acutilante que os seus parceiros do outro lado da fronteira: põe o dedo na ferida; encosta a faca onde dói mais. É pela voz do personagem-escritor Adriano, que as reflexões sobre os insípidos e inodoros caminhos de alguma da nossa actual literatura ganham espessura e denúncia.

De resto, este *O Priorado do Cifrão* é uma sátira mordente, agreste e corajosa, não apenas sobre a literatura e os seus perversos desvios, mas sobre os mecanismos de cerco e opressão que a deriva neoliberal vem inscrevendo nos nossos quotidianos e em todos os domínios da actividade humana, seja ela política, religiosa, económica, cultural. É este espectro dominador, tentacular e quase invisível que paira sobre as sociedades contemporâneas — e a que as democracias burguesas, corroidas estruturalmente pela corrupção e por um equívoco sentido de ética, de moral e de Estado, se deixam submeter (o autor chega a denunciar esse conluio perverso entre o grande capital e o poder político, que serão um e o mesmo, faces de uma moeda que engendra toda a sorte de vitupérios e põe em risco os fundamentos da própria sociedade democrática que os teóricos do capitalismo geraram) — que estrutura toda a narrativa, que a enfoca e desenvolve.

Por este texto corrosivo, perpassam implícitos sinais do *Código Da Vinci*, de Dan Brown, e de outros livros da mesma colheita, que mais não



fazem do que explorar o filão da credence, do irracional, através de textinhos baseados, ou não, — para o efeito, tanto faz — em escritos apócrifos, ou sejam puro produto do delírio inventivo dos seus progenitores. Para que estes produtos possam fazer caminho e a fraude se não detecte logo às primeiras páginas, convém que pelo meio o ramalhete se componha de algumas verdades reconhecíveis ou de parábolas bíblicas com alguma verosimilhança, que os crentes iniciados detectem sem grande esforço de pesquisa.

Ora, é sobre esta fraude gigantesca, sobre os sub-produtos fabricados nas grandes centrais planetárias da intoxicação dos imaginários, que este romance notável se debruça com uma claridade, uma frontalidade que a impregna impressiva e inesperada. Neste texto depurado, ágil e certo, João Aguiar denuncia tudo isto; põe as questões de fundo e centrais no seu lídimo terreno, sem agressões espúrias, sem dogmatismos doutrinários: é uma escrita escurra, acessível, expurgada de retórica, por onde a metáfora se espraia em fragmentos esparsos. João Aguiar possui essa técnica rara da essência, da escrita no osso, viva e percorrida por um humor sibilino, subliminar à própria estética que torna esta escrita a um tempo luminosa e sedutora.

João Aguiar é dos poucos autores portugueses que consegue manter a literatura num patamar de fronteira entre a exigência formal, a prosa escurra e dúctil, e a inventiva técnica dos processos narrativos (as elipses, os fragmentos, o clímax, o exemplar da configuração discursiva) que, longe de estabelecer rupturas, apela à atenção continuada e cúmplice do leitor: simbiose que não será, nos tempos que vivemos, despicienda. Daí, num país de iliteracia militante, João Aguiar conseguir o prodígio de "ter leitores" sem precisar de transigir, sem "bater no fundo".

Depois de *A VOZ DOS DEUSES* e *NAVEGADOR SOLITÁRIO*, (para referir apenas alguns títulos), este *O PRIORADO DO CIFRÃO* situa-se como um dos textos mais assertivos e brilhantes da vasta e diversa obra de João Aguiar. ■

LANÇAMENTO DO LIVRO CONTO E POESIA: CONCURSO CGTP-IN

→ No passado dia 18 de Setembro realizou-se, na Casa do Alentejo, em Lisboa, o lançamento do livro *Conto e Poesia: Concurso CGTP-IN*.

A obra reúne os trabalhos premiados no Concurso de Conto e Poesia, organizado pelo Departamento de Cultura e Tempos Livres da CGTP-IN em 2007, e que teve como júri Urbano Tavares Rodrigues, Domingos Lobo, Paulo Sucena, José Carlos de Vasconcelos e Fernando Gomes (CGTP-IN).

Para além dos primeiros prémios nas categorias de conto (*Teresa*, de Joaquim Jorge Carvalho) e poesia (*Um Outro Livro de Job*, de João Coelho), o livro é constituído, também, pelas menções honrosas e por um conjunto de trabalhos cuja publicação o júri considerou ser meritória.

A sessão de lançamento contou com as intervenções de Fernando Gomes, membro da Comissão Executiva do Conselho Nacional e responsável pelo Departamento de Cultura e Tempos Livres da CGTP-IN, Domingos Lobo, membro do júri do Concurso, Carlos Galiza, da Ambiguae Edições, Manuel Carvalho da Silva, Secretário-Geral da CGTP-IN, e Cristina Baptista, vogal do Conselho de Administração da Fundação INATEL e responsável pelo pelouro da cultura nesta instituição.

De assinalar, também, a presença de um grupo de alunos da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça, Lisboa, que cursam disciplinas ministradas pelos professores Fernanda Botelho e António Carmo. ■



O MUNDO DOS TRABALHADORES E SEUS ARQUIVOS

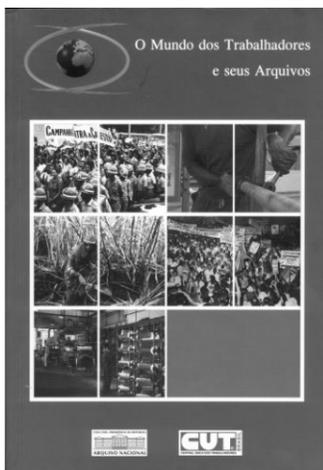
→ Foi apresentado no passado mês de Agosto, em São Paulo, o livro *O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos*, coincidindo com a realização do 10.º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Brasil, entre os dias 3 e 7.

Esta edição, organizada pelo Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT e pelo Arquivo Nacional do Brasil, reúne o conjunto das comunicações proferidas no Seminário Internacional homónimo, realizado entre os dias 9 e 11 de Setembro de 2008, em São Paulo.

No seminário esteve representada a CGTP-IN, como noticiámos no boletim *CGTP Cultura* n.º 8, com a comunicação *O Centro de Arquivo e Documentação da CGTP-IN*.

A obra está estruturada em cinco partes: Mundo dos Trabalhadores: A Cidade e o Campo; Arquivo, Memória e Cidadania: O Sentido dos Arquivos; Política de Organização: Preservação e Acesso; As Centrais Sindicais: Organização dos seus Documentos e a Preservação da Memória, onde se enquadra a comunicação da CGTP-IN; As Universidades e a Preservação dos Arquivos dos Trabalhadores. Para além das intervenções correspondentes a cada uma destas áreas temáticas, foram também publicadas as palavras de abertura do Seminário de Artur Henrique da Silva Santos, presidente da CUT, e de Jorge Ruiz Dueñas, presidente da Associação Latino-Americana de Arquivos, bem como as várias recomendações sugeridas pelos vários intervenientes e o relatório final do Seminário.

Uma publicação que é o corolário de uma iniciativa meritória e muito bem sucedida. Meritória, pelo estímulo ao debate e à partilha de conhecimentos e por representar um esforço de sensibilização para a importância da preservação, organização e valorização do património documental sindical e do mundo do trabalho. Bem sucedida, pelo interesse demonstrado pela numerosa e participativa audiência e pelo desejo manifestado por todos de que este seja apenas o primeiro de muitos outros seminários dedicados a esta causa. ■

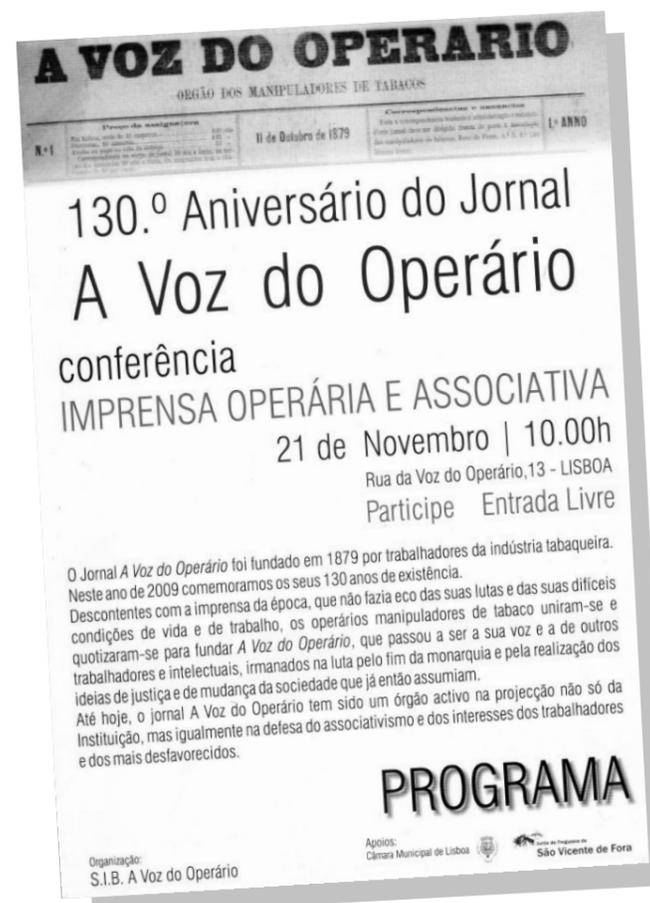


130 ANOS DO JORNAL A VOZ DO OPERÁRIO



→ No âmbito das comemorações dos 130 anos do jornal *A Voz do Operário*, realizou-se, no dia 21 de Novembro, na respectiva sede, uma conferência sobre a imprensa operária e associativa. O início da conferência foi assinalado com a inauguração de uma exposição alusiva ao percurso histórico do jornal em evocação.

Para mais informações, consulte a página web d'A Voz do Operário: <http://www.vozoperario.pt>



→ 10 de Novembro de 1979

«Lisboa foi o palco da realização do 1.º Congresso dos Sindicatos das Comunicações e Telecomunicações [...] ao qual assistiram 229 delegados dos cinco Sindicatos de Trabalhadores deste importante sector da actividade nacional, ali representados.»

Alavanca, n.º 31, Ano 5, Dezembro de 1979, p. 18.

→ 10 – 11 de Novembro de 1979

Realizou-se, em Alhandra, «[...] o 1.º Congresso da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimento e Vidro. Durante as sessões de trabalho que decorreram plenas de participação e de democraticidade, foram aprovados os Estatutos, o Programa de Acção e eleito o novo Secretariado.»

Alavanca, n.º 31, Ano 5, Dezembro de 1979, p. 19.

→ 12 de Janeiro de 1980

A CGTP-IN organizou, «[...] nas instalações da Faculdade de Letras de Lisboa, o Seminário Sindical Nacional de Tempos Livres. Este Seminário de grande importância para a análise e estudo da problemática dos Tempos Livres dos Trabalhadores, realizou-se no âmbito dos trabalhos preparatórios do III Congresso da CGTP-IN [...]» Temáticas abordadas: «Objectivos e perspectivas de acção sindical no domínio dos tempos livres; A organização dos tempos livres no seio do Movimento Sindical; tempos livres dos trabalhadores: a informação e formação de quadros.»

Alavanca, n.º 33, Ano 5, Fevereiro de 1980, p. 8-9.

→ 19 de Janeiro de 1980

O Secretariado Nacional da CGTP-IN organizou, na Faculdade de Direito de Lisboa, um Seminário Sindical Nacional de Segurança Social. «Bastante participado, o Seminário salientou a importância que esta frente de trabalho tem na defesa das condições de vida dos trabalhadores e da generalidade da população, bem como da necessidade que existe em que o Movimento Sindical assumira a responsabilidade constitucional de participação na definição da Política de Segurança Social.»

Alavanca, n.º 33, Ano 5, Fevereiro de 1980, p. 20-21.

→ 4 de Novembro de 1982

Concentração de dirigentes e outros activistas sindicais ligados à contratação junto ao Ministério do Trabalho «[...] para exigir o desbloqueamento dos processos de contratação em curso e dar a conhecer a posição do Movimento Sindical Unitário sobre o projecto governamental de revisão da lei da contratação.»

Alavanca, n.º 6, Ano VII, Novembro/Dezembro de 1982, p. 11.

→ 28 de Novembro de 1982

«[...] sessão de encerramento do III Festival Sindical de Teatro de Amadores, iniciativa da CGTP-IN, englobando cerca de dois mil participantes, num total de 132 grupos de teatro inscritos.»

Alavanca, n.º 6, Ano VII, Novembro/Dezembro de 1982, p. 22-23.

CARTÃO CGTP

Novas Oportunidades para o Trabalhador no acesso à Cultura, Desporto e Tempos Livres

→ O Departamento de Cultura e Tempos Livres da CGTP-IN está a desenvolver um projecto que consiste na criação de um CARTÃO CGTP, a que vão estar associados vários benefícios para todos os trabalhadores sócios dos sindicatos filiados na CGTP-IN. O objectivo é que os trabalhadores possam ter acesso a um conjunto de bens e serviços, desde a cultura, desporto, tempos livres e possivelmente a educação, de forma mais acessível que aquilo que é normal nestas áreas.

→ O Cartão CGTP tenta assim criar, de uma forma ampla, um conjunto de benefícios que sirvam também para atrair novos sócios aos sindicatos do Movimento Sindical Unitário, contribuindo para a ocupação dos seus tempos livres.

→ Actualmente, para aceder aos benefícios, devem todos os interessados apresentar nos diversos locais com protocolo o cartão de sócio do respectivo sindicato, indicando que tem conhecimento do Protocolo com a CGTP-IN. Estamos a trabalhar para que no futuro o Cartão CGTP-IN tenha mesmo existência física.

A informação actualizada sobre o CARTÃO CGTP poderá ser consultada na página da Internet e nos vários números do boletim CGTP Cultura. Para mais informações deverá ser contactado o Departamento de Cultura e Tempos Livres, através da Maria José Judas, Telf. 21 323 66 59 ou maria.judas@cgtp.pt

DEPARTAMENTO DE CULTURA E TEMPOS LIVRES DA CGTP-IN

CGTP cultura

ACORDOS CELEBRADOS

COMPANHIA DE TEATRO DE ALMADA

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA
Av. Prof. Egas Moniz — 2804-503 Almada
50% de desconto

A BARRACA

COMPANHIA DE TEATRO
Largo de Santos, 2 — 1200-808 Lisboa
Tel: 21 396 53 60
Fax: 21 395 58 45
barraca@mail.telepac.pt
www.abarraca.com
25% de desconto

A ESCOLA DA NOITE

GRUPO DE TEATRO DE COIMBRA
Rua Pedro Nunes – Oficina Municipal do Teatro
Quinta da Nora — 3030-199 Coimbra
Tel: 23 971 82 38
Fax: 23 970 53 67
Telemóvel: 96 630 24 88
geral@aescoladanoite.pt
www.aescoladanoite.pt
20% de desconto

A JANGADA

COOPERATIVA PROFISSIONAL DE TEATRO
Quinta das Pocinhas — 4020 Lousada
10% de desconto

ACTA

A COMPANHIA DE TEATRO DO ALGARVE
Escritório: R. Antero de Quental, 119
8000-210 Faro
Estúdio: R. Cunha Matos, 23 > 8000-262 Faro
Tel: 289 878 908 > 289 882 703
Fax: 289 882 704
geral@actateatro.org.pt
www.actateatro.org.pt
30% de desconto

AQUILO TEATRO

Largo do Torreão s/n Apartado 134
6301 Guarda
Tel/Fax: 271 222 499
aquilo.teatro@sapo.pt
50% de desconto

CCB

CENTRO CULTURAL DE BELÉM
Fundação Centro Cultural de Belém
Praça do Império, 1449-003 Lisboa
Tel: 21 361 27 00
amigoccb@ccb.pt
www.ccb.pt
20% na subscrição do Cartão Amigo CCB (30% caso a adesão seja feita por débito directo em conta)

CENA ABERTA

COMPANHIA TEATRAL DE SANTARÉM
Largo Padre Francisco Nunes da Silva, n.º 3
2000-134 Santarém
Tel/Fax: 243 328 854
Telemóvel: 919 850 590 (Alexandra Baptista)
cena.aberta@mail.telepac.pt
30% de desconto

CENDREV

CENTRO DRAMÁTICO DE ÉVORA
Teatro Garcia de Resende
Prçª Joaquim António de Aguiar — 7000 Évora
Tel: 266 703 112 > 266 741 181
cendrev@mail.evora.net
www.evora.net/cendrev
30% de desconto

CENTRO CULTURAL MALAPOSTA

Rua Angola — 2620-492 Olival Basto
Tel: 21 938 31 00
Fax: 21 938 31 09
50% de desconto
(excepto sessões de preço único)

CHÃO DE OLIVA

COMPANHIA DE TEATRO DE SINTRA
Rua Veiga da Cunha, 20 — 2710-627 Sintra
Tel: 219 233 719
Fax: 219 231 446
Telemóveis: 912 206 384
916 168 639
chaodeoliva@chaodeoliva.com
50% de desconto

CHAPITÔ

COLECTIVIDADE CULTURAL
E RECREATIVA DE SANTA CATARINA
Costa do Castelo, n.º 1/7 — 1149-079 Lisboa
Tel: 218 855 550
Fax: 218 861 463
mail@chapito.org
www.chapito.org
25% de desconto

CIRAC

CÍRCULO DE RECREIO, ARTE E CULTURA
DE PAÇOS DE BRANDÃO
Av. da Sobreira — 4538-251 Paços de Brandão
Tel: 227 448 625
15% de desconto

COMPANHIA DE TEATRO DE BRAGA

TEATRO CIRCO
Av. da Liberdade, 697 — 4710-251 Braga
Tel: 253 217 167
253 262 403
Fax: 253 612 174
ctb@mail.telepac.pt > info@ctb.pt
www.ctb.pt
50% de desconto

COMUNA

TEATRO PESQUISA
Praça de Espanha — 1070-024 Lisboa
Tel: 21 722 17 70/6
Fax: 21 722 17 71
geral@teatrocomuna.pt
www.comunateatropesquisa.pt
50% de desconto

ENSEMBLE

SOCIEDADE DE ACTORES
Travessa da Telheira – Telheiró Avioso
(Santa Maria)
Tel: 229 826 318

LUA CHEIA

TEATRO PARA TODOS
R. da Casquilha, 16, 7.º Dto — 1500-152 Lisboa
Tel: 214 430 591
Telemóvel: 966 046 448 (Ana Enes)
Fax: 210 093 444
teatro@luacheia.pt
www.luacheia.pt
15% de desconto

MARIONETAS, ACTORES E OBJECTOS

GRUPO DE TEATRO
Largo de São Domingos, 46 r/c
4900-330 Viana do Castelo
Telemóvel: 964 596 313 (Carla Magalhães)
marionetas.viana@gmail.com;
marionetas_viana@hotmail.com
www.teatrinho.com.pt
50% de desconto

QUARTA PAREDE

ASSOCIAÇÃO DE ARTES
PERFORMATIVAS DA COVILHÃ
R. Celestino David, lote 4, r/c dto
6200-072 Covilhã
Tel/Fax: 275 335 686
Telemóvel: 969 785 313 / 969 014 254
qp@quartaparede.com
www.quartaparede.com
40% de desconto

TE-ATO

GRUPO TEATRO DE LEIRIA
Rua Pedro Nunes, 15 (ao Terreiro)
Apartado 1066 — 2401-801 Leiria
Tel: 275 336 163 — **Fax:** 24 482 84 79
teatroleiria@gmail.com / te-ato@alcachofra.net
www.alcachofra.net/Te-Ato/
30% de desconto

TEATRO 3 EM PIPA

ASSOCIAÇÃO DE CRIAÇÃO TEATRAL
E ANIMAÇÃO CULTURAL
Monte Novo do Serrinho, Apartado 150
7630 Odemira
Tel: 283 386 649
Fax: 283 386 649
Telemóvel: 96 233 94 69
3empipa@sapo.pt
www.teatro3empipa.com
20% de desconto

TEATRO ART'IMAGEM

Rua da Picaria, 89 — 4050-478 Porto
Tel: 22 208 40 14
Fax: 22 208 40 21
producao@teatroartimagem.org
www.teatroartimagem.org
30% de desconto

TEATRO CASA DA COMÉDIA

FILIPE CRAWFORD PRODUÇÕES TEATRAIS
R. S. Francisco de Borja, n.º 22 — 1200-843 Lisboa
Tel: 213 959 417/8
Fax: 213 959 419
casadacomedia@mail.telepac.pt
www.filipecrawford.com
Desconto conforme a época teatral

TEATRO DA CORNUCÓPIA

TEATRO DO BAIRRO ALTO
R. Tenente Raúl Cascais, 1-A — 1250-268 Lisboa
Tel: 213 961 515 > 213 969 205
Fax: 213 954 508
info@teatro-cornucopia.pt
www.teatro-cornucopia.pt/htmls/home.shtml
20% de desconto

TEATRO DA GARAGEM

TEATRO TABORDA
Costa do Castelo, 75 — 1100-178 Lisboa
Tel: 218 854 190 — **Fax:** 218 688 550
geral@teatrodagaragem.com
www.teatrodagaragem.com
50% de desconto

TEATRO DAS BEIRAS

Trav. Da Trapa, 2 – Apart. 261 — 6201-909 Covilhã
Tel: 275 336 163 — **Fax:** 275 334 585
Telemóvel: 96 305 59 09
geral@teatrodasbeiras.pt
www.teatrodasbeiras.pt/home.asp
40% de desconto

TEATRO DE ANIMAÇÃO DE SETÚBAL

Forum Municipal Luísa Todt > 2900 Setúbal
Tel: 265 532 402 — **Fax:** 265 229 130
tas.setubal@netcabo.pt
25% de desconto

TEATRO DE FERRO

Rua do França, 8/58 — 4400-174 V.N. Gaia
Tel: 22 370 00 11 / 96 256 96 56
geral@teatrodeferro.com
teatrodeferro@gmail.com
www.teatrodeferro.com
www.myspace.com/teatrodeferro
20% de desconto

TEATRO DE MARIONETAS DO PORTO

Rua de Belomonte, 57 — 4050-097 Porto
Tel: 222 083 341 — **Fax:** 222 083 243
teatro@marionetasdoporto.pt
www.marionetasdoporto.pt
20% de desconto

TEATRO DO BOLHÃO

ACADEMIA CONTEMPORÂNEA DO ESPECTÁCULO
Praça Coronel Pacheco, n.º 1 — 4050-453 Porto
Tel: 222 089 007 — **Fax:** 222 080 052
teatrodobolhao@ace-tb.com
50% de desconto

TEATRO DO NOROESTE

TEATRO MUNICIPAL SÁ DE MIRANDA
Rua Sá de Miranda — 4900 Viana do Castelo
Tel: 258 822 805
teatro-municipal@cm-viana-castelo.pt
www.cm-viana-castelo.pt/teatro/noroeste.htm
50% de desconto

TEATRO DOS ALOÉS

COMPANHIA PROFISSIONAL DE TEATRO
Rua António Ferreira, n.º 1 - 9.º Dto
2700-134 Santarém
50% de desconto

TEATRO D'O SEMEADOR

TEATRO DE PORTALEGRE
Convento de Sta Clara Apt. 264–7300-901 Portalegre
Tel: 245 207 894
25% de desconto

TEATRO EXPERIMENTAL DE CASCAIS

TEATRO MUNICIPAL MIRITA CASIMIRO
Av. Marechal Carmona, 6 B
Tel: 214 670 320 — **Fax:** 214 832 186
t.e.c@netcabo.pt / www.tecascais.org
50% de desconto

TEATRO EXTREMO

R. Serpa Pinto, n.º 16, Apt.124 – 2801-801 Almada
Tel: 212 742 220 / 212 723 660 (Escritório)
Fax: 212 723 669 (Escritório)
teatro@teatroextremo.com
www.teatroextremo.com/te.htm
25% de desconto

TEATRO FÓRUM DE MOURA

Rua Cardeal Lacerda, 8 — 7860-018 Moura
Tel: 96 009 32 69 / 96 670 60 36
teatroforum@gmail.com
www.teatroforumdemoura.blogspot.com
20% de desconto

TEATRO INFANTIL DE LISBOA

R. Tereiro do Trigo, n.º 66, 5.º C — 1100-604 Lisboa
Tel: 218 860 503 / 217154 057 (Bilheteira)
Fax: 218 872 558
info@til-tl.com / www.til-tl.com
7,00€ de desconto por bilhete

TEATRO NACIONAL SÃO JOÃO

Praça da Batalha — 4000-102 Porto
Linha verde: 800 108 675
Tel: 223 401 900 — **Fax:** 222 088 303
geral@tnsj.pt
www.tnsj.pt

5€ na compra de bilhetes para os espectáculos do TNSJ, para lugares de Plateia (também no Teatro Carlos Alberto) e Tribuna;
50%, incluindo acompanhante, mediante aquisição dos bilhetes com 48 horas de antecedência.

TEATRO O BANDO

Vale de Barris – Apartado 152 — 2950-055 Palmela
Tel: 212 336 850 — **Fax:** 212 334 241
geral@obando.pt
www.obando.pt
Preço único de 5€

TEATRO PÉ DE VENTO

COLECTIVO DE ANIMAÇÃO TEATRAL
Rua da Vilarinha, 1386 — 4100-513 Porto
Tel: 226 108 924
pevento@clix.pt
50% de desconto

TEATROESFERA

Rua Cidade Desportiva, 2745-012 Queluz
Tel: 21 430 34 04 — **Fax:** 21 430 17 57
geral@teatroesfera.com
www.teatroesfera.com
50% de desconto

110 ANOS COMEMORANDO FERREIRA DE CASTRO

→ O Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Baixa, associando-se às comemorações dos 110 anos do nascimento de Ferreira de Castro, em Maio de 2008, organizou um diversificado conjunto de iniciativas, entre as quais se contam exposições, palestras e debates alusivos ao escritor e à sua obra.

De destacar a edição de um documentário, produzido pela Associação de Teatro e outras Artes (ASTA), onde, para além da leitura de alguns excertos da obra *A Lã e a Neve*, estão disponíveis as intervenções produzidas no âmbito do debate "Ferreira de Castro e *A Lã e a Neve*: Tão distantes e tão presentes", realizado no auditório da Filarmónica de Vila do Carvalho.

Nele, Luís Pereira Garra, Presidente da Direcção do Sindicato Têxtil da Beira, justifica o envolvimento do sindicato nestas comemorações, afirmando que «Ninguém como Ferreira de Castro foi capaz de traduzir para um livro, para um romance, aquilo que era a vida dura dos operários de lanifícios e o empenho desses mesmos trabalhadores na construção de uma vida melhor.» Acrescenta que este conjunto de actividades é também «Uma forma de relembrar, de chamar a atenção e colocar na ordem do dia a leitura do livro *A Lã e a Neve*, que já traduz uma tendência, em Ferreira de Castro, de evolução para o aparecimento do neo-realismo.»

O DVD* disponibiliza ainda uma banda desenhada baseada na obra *A Lã e a Neve*, realizada pelas turmas do 5.º A e do 6.º C da EBI de São Domingos, com desenhos e coordenação do professor Carlos Santos, legendas da professora Cristina Martins e textos da professora Teresinha Mendes.

* Disponível para consulta no Centro de Arquivo e Documentação da CGTP-IN

